


A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-448>

Data de submissão: 31/04/2025

Data de publicação: 31/05/2025

Aparecida Gomes Santos Silva

Acadêmica do Curso de Pedagogia – EaD/UAB/PARFOR, da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.; Polo de Macaúbas.
cidagomes11071980@gmail.com

Wermerson Meira Silva

Doutor no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
wermerson@uesb.edu.br

José Lúcio Santos Muniz

Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
josé.muniz@uesb.edu.br

Robson Aldrin Lima Mattos

Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGEM-PUC/SP) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
rmattos@uesb.edu.br

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da alfabetização e do letramento como etapas primordiais na formação educacional das crianças e os desafios encontrados nesse processo, considerando que é nas fases iniciais que os educandos são inseridos no universo da leitura e da escrita. O estudo tem como objetivo compreender a importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, e para isso, partimos de uma revisão bibliográfica sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental; construindo um histórico da alfabetização no Brasil, percorrendo sobre a diferença entre alfabetização e letramento. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em procedimentos bibliográficos, que visa compreender a importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. Conclui-se que o envolvimento com a leitura e a escrita é fundamental para o processo educativo e deve ser enfatizado pelos educadores. Para desenvolver as habilidades de leitura e escrita, é essencial integrar a alfabetização às práticas cotidianas escolares. Tal integração contribui para que os alunos não apenas compreendam a linguagem escrita, mas também a utilizem de forma significativa, desenvolvendo habilidades críticas e analíticas necessárias à sua formação.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Anos Iniciais. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos de alfabetização e letramento, embora inter-relacionados, frequentemente geram interpretações controversas, evidenciando a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre as especificidades de cada processo.

No decorrer do século XX, o conceito de alfabetização passou por significativas transformações. Historicamente, considerava-se alfabetizada a pessoa que demonstrava capacidade básica de ler e escrever, mesmo em nível elementar. Nessa perspectiva, a alfabetização era compreendida como o processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita, possibilitando ao indivíduo codificar e decodificar letras, palavras e textos, ou seja:

A alfabetização considerada como o ensino das habilidades de “codificação” e “decodificação” foi transposta para a sala de aula, no final do século XIX, mediante a criação de diferentes métodos de alfabetização – métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) x métodos analíticos (global) –, que padronizaram a aprendizagem da leitura e da escrita. As cartilhas relacionadas a esses métodos passaram a ser amplamente utilizadas como livro didático para o ensino nessa área. No contexto brasileiro, a mesma sucessão de oposições pode ser constatada (Santos, 2007, p. 16).

Por outro lado, o conceito de letramento surge não como substituto, mas como uma forma de ampliar o entendimento sobre os processos de aquisição da habilidade de leitura e escrita, dessa forma,

O termo letramento é a versão para o Português da palavra de língua inglesa literacy, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever, como um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito” (Santos (2007, p.17).

Assim sendo, a alfabetização e o letramento constituem etapas fundamentais na formação educacional das crianças, pois é por meio delas que os educandos são introduzidos ao universo da leitura e da escrita. No entanto, pesquisas têm demonstrado que muitos estudantes enfrentam dificuldades significativas nesse processo, o que acarreta implicações negativas em seu desenvolvimento tanto acadêmico quanto pessoal.

Nesse contexto, é essencial ressaltar que a alfabetização e o letramento transcendem as habilidades básicas de leitura e escrita. O letramento, especificamente, vai além da mera decodificação de letras e palavras, abrangendo o desenvolvimento das capacidades de compreensão, interpretação e produção textual, bem como o domínio das práticas sociais relacionadas à leitura e escrita. O sistema educacional contemporâneo enfrenta desafios substanciais quanto à eficácia do ensino, exigindo que o docente desenvolva estratégias inovadoras para promover o desenvolvimento interpretativo e leitor dos alunos, considerando que os anos iniciais do Ensino Fundamental representam um período crucial para a aquisição e desenvolvimento das habilidades de leitura.

Este estudo tem como objetivo compreender a importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, e munido de aspectos relacionados à revisão bibliográfica sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, buscamos descrever sucintamente o histórico da alfabetização no Brasil, e assim analisar algumas das distinções entre alfabetização e letramento.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender a importância dos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como na busca por estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Tais estratégias devem contemplar as necessidades e especificidades individuais dos educandos, visando promover uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral de suas habilidades linguísticas.

Por meio de uma revisão bibliográfica, a análise e sistematização do conhecimento produzido sobre o tema partem de uma questão central de pesquisa e buscam identificar estudos que, utilizando fontes primárias, respondam à problemática aqui proposta (Galvão; Ricarte, 2019).

Esta investigação emprega métodos científicos para aprofundar a compreensão do tema. A pesquisa bibliográfica constitui-se como procedimento fundamental e adquire maior relevância à medida que fornece suporte teórico-metodológico para a análise do objeto de estudo (Gil, 2017).

O delineamento metodológico estabelece os procedimentos e técnicas que orientarão o desenvolvimento da pesquisa. A abordagem qualitativa privilegia a construção teórica e a discussão de questões contemporâneas relacionadas ao tema, contribuindo para o desenvolvimento de investigações futuras na área. Minayo (1994, p. 21-22) nos alerta que:

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A presente pesquisa utiliza uma abordagem de revisão bibliográfica para realizar uma análise crítica e sistemática das principais publicações acadêmicas e científicas sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esta metodologia possibilita a compilação e análise das informações disponíveis, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre o tema.

Para a seleção do corpus de análise, foram consultadas bases de dados acadêmicas e bibliotecas virtuais, utilizando descritores como "alfabetização", "letramento", "anos iniciais" e "ensino fundamental". O levantamento incluiu artigos científicos, teses e livros que apresentam estudos e reflexões pertinentes à temática.

A análise do material selecionado consistiu em leitura minuciosa e crítica dos textos, orientada por um roteiro que contemplava os aspectos centrais dos documentos. A pesquisa, de natureza qualitativa, buscou identificar as principais abordagens teóricas, conceitos, métodos e resultados presentes nos estudos. A sistematização dos resultados baseou-se na categorização das ideias dos autores e na definição dos conceitos a serem abordados neste artigo.

A metodologia de pesquisa é elemento fundamental para a compreensão do estudo, pois estabelece os limites teóricos dentro de uma realidade empírica. Assim, a abordagem adotada fundamenta-se no ambiente natural como fonte de dados e no pesquisador como instrumento principal, proporcionando uma interação direta e aprofundada com o objeto de investigação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.

Muitos autores têm se debruçado a pesquisar e refletir sobre o tema alfabetização e letramento. Dentre eles destacam-se as concepções de Emília Ferreiro, que contribuiu de forma significativa para a compreensão do processo de aquisição da leitura e da escrita dos alfabetizandos. A psicolinguista argentina desvendou os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e a escrever, o que levou educadores a rever totalmente seus métodos. A partir das contribuições de Ferreiro e Teberoski sobre a psicogênese da língua escrita, houve uma mudança conceitual na história da alfabetização. Seu livro provocou um grande impacto, não apenas sobre suas concepções de alfabetização, como também da escola.

Segundo Moura, o alfabetizando passa por quatro fases até que esteja totalmente alfabetizado:

Pré-silábico: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; Silábico: interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma; Silábico alfabético: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; Alfabético: domina, enfim, o valor das letras. (2001, p. 103).

Em sua obra a psicolinguista critica a concepção tradicional de alfabetização que tem como base partir do simples para então chegar ao complexo. Logo acredita-se que a criança aprende a ler lendo e escrever escrevendo, e não repetindo de forma mecânica “pedaços” de palavras, cobrindo e copiando repetidas vezes: palavras, frases e textos, de forma desconectada da sua realidade.

Destaca-se ainda as concepções de Magda Soares, pesquisadora da temática em questão e professora titular emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Soares defende alfabetização e letramento como duas aprendizagens distintas, mas que devem se proceder de forma

articulada. Partindo desse pressuposto, de que os dois processos são linguagens interdependentes, a autora salienta que:

Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como práticas sociais, que privilegia a visão da língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada a concepção de escrita como sistema ordenado pelas regras gramaticais, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar. (Soares, 2004, p. 9).

No decurso da história da alfabetização, os dois aprendizados acontecem de forma separada. Antes das décadas de 60 e 70 do século passado, preocupava-se somente com o bê-á-bá, de forma técnica e mecânica, só depois com as práticas de leitura e escrita. Logo depois, por volta das décadas de 80 e 90, o padrão behaviorista foi logo substituído pelo modelo cognitivista, corroborando com a autora, ao sustentar que se vive atualmente uma síntese dos dois paradigmas, ou seja, a alfabetização na perspectiva do letramento, de forma dinâmica, articulada e dialógica.

Em suma, eram consideradas alfabetizadas as pessoas que declaravam saber ler e escrever e que conseguiam escrever o nome completo para comprovar. Atualmente, são considerados alfabetizados os sujeitos que se declaram serem capazes de ler, escrever e compreender um texto simples. Esse conceito mudou a visão inicial do conceito dado à alfabetização. Soares concebe que:

O primeiro termo alfabetização, equivale ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Quanto ao segundo termo letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas diversas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. (1998, p. 47).

Portanto, desintegrar alfabetização de letramento corresponde a um grande equívoco, singularmente, nas atuais concepções psicológicas e linguísticas de leitura e de escrita. A introdução da criança, nesse processo acontece simultaneamente, em uma relação mútua e indissociável, se desenvolvendo em práticas e usos sociais.

2.2 ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

As práticas de letramento, embora o conceito ainda não estivesse formalmente estabelecido, sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, compreender a história da leitura e da escrita torna-se fundamental tanto para os profissionais da área quanto para aqueles em processo de formação. Sendo assim, no que se refere aos métodos utilizados pelos professores e à concepção do ensino. Essas mudanças refletem os diferentes contextos socioeconômicos, culturais e políticos que têm caracterizado o processo de escolarização no país.

A trajetória da alfabetização e da educação no Brasil, iniciada no período colonial, apresenta-se como um processo complexo e abrangente, cuja compreensão é essencial para este estudo. Os

primeiros educadores foram os padres jesuítas que, vindos de Portugal, dedicavam-se à catequização e à educação escolar.

Segundo Oliveira (2005), os jesuítas atuaram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até meados de 1759. Sua expulsão foi determinada pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho (1750-1777), o Marquês de Pombal, que implementou diversas medidas para centralizar a administração colonial. Esse evento representou uma significativa ruptura histórica no modelo educacional até então estabelecido.

Saviani (2013) destaca que o modelo jesuítico vigorou de forma exclusiva na educação brasileira de 1549 a 1759, período denominado "Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional". O intervalo subsequente, que se estendeu até 1932, caracterizou-se pela coexistência entre as vertentes religiosas e laicas da pedagogia tradicional. Soares (2013) observa que, até esse momento da educação brasileira, a questão metodológica era considerada secundária, prevalecendo o entendimento de que

Aprender a ler e escrever dependia, fundamentalmente, de aprender as letras, mais especificamente, os nomes das letras. Aprendido o alfabeto, combinavam-se consoantes e vogais, formando sílabas, para finalmente chegar a palavras e frases. Era o método da soletração, com apoio nas chamadas Cartas de ABC, nos abecedários, no $b + a = ba$. Uma aprendizagem centrada na grafia, ignorando as relações oralidade-escrita, fonemas-grafemas, como se as letras fossemos sons da língua, quando na verdade, representam os sons da língua (Soares, 2019, p. 17).

Soares (2019) destaca que a educação brasileira, a partir do século XIX, caracteriza-se por períodos de "alternância metodológica" entre os métodos sintético e analítico. Tal alternância pode ser compreendida como reflexo das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que têm influenciado o processo educacional do país desde o período colonial.

Para uma adequada contextualização histórica, é relevante examinar alguns marcos significativos da educação brasileira, desde a pedagogia jesuítica, passando pelo período Imperial até a República. Contudo, o foco principal desta análise concentra-se no final do século XX, especificamente na década de 1980. A alternância entre conceito e prática nos processos de alfabetização permeia toda a história da educação brasileira desde o final do século XIX, período que Soares (2019, p. 16) identifica como "[...] momento em que busca consolidar-se um sistema público de ensino, trazendo a necessidade de implementação de um processo de escolarização que propiciasse às crianças o domínio da leitura e da escrita".

No final do século XIX e início do século XX, as práticas de leitura e escrita eram privilégio das elites, atendendo principalmente aos interesses das famílias que compunham a aristocracia brasileira da época. Segundo Conceição:

Até o final do império, as “aulas régias” ofereciam condições precárias de funcionamento e o ensino dependia muito do empenho dos professores e dos alunos. Para a iniciação do ensino da leitura eram utilizadas as chamadas “cartas de ABC” e os métodos de marcha sintética, ou método sintético (da “parte” para o “todo”); da soletração, partindo dos nomes das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas (2011, p. 16).

O método analítico foi instituído na primeira década da República no Brasil e orientava que o ensino da leitura deveria partir de meios concretos, onde fosse de início analisado um todo e posteriormente palavras isoladas.

Anísio Teixeira ressalta uma pequena evolução reconhecida logo após o período pós – primeira guerra mundial, apontando que: “Surge, então, uma corrente de opinião a pleitear, não a educação popular ainda por desenvolver, mas a simples e pura alfabetização do povo brasileiro” (1995, p.13). Já que os brasileiros não podiam ter escolas como as estrangeiras, que tivessem uma simples e pura alfabetização, era esse o argumento das décadas de 20 e 30.

Desse modo, no final da década de 1920 é que o termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial e da escrita. Conceição dispõe que:

[...] mistos ou ecléticos, chamados de analítico -sintético, ou vice-versa. Esses métodos se estendem até aproximadamente o final da década de 1970”. Já no início da década de 1980, foi introduzido no Brasil, o pensamento de Alfabetização, fruto das pesquisas de Emília Ferreira e Ana Teberosky sobre a Psicogênese da Língua Escrita. O construtivismo não se constitui como um método, mas sim como uma desmetodização em que na verdade, propõe-se uma nova forma de ver a alfabetização, como um mecanismo processual e construtivo com etapas sucessivas e hipotéticas (Conceição, 2011, p. 71).

Conceição (2011) observa que, a partir desse momento, evidencia-se um fenômeno significativo: um grande contingente de pessoas que, embora capazes de ler, apresentam dificuldades em interpretar o mundo ao seu redor. É nesse contexto que emerge o conceito de “letramento”, definido como a capacidade de não apenas ler e escrever, mas também de fazer uso efetivo desses conhecimentos em situações reais do cotidiano.

A década de 1990 foi marcada pela reorganização e centralização das políticas públicas educacionais em nível federal, com ênfase na educação e alfabetização. Um marco importante desse período foi a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997, que suscitou importantes reflexões e questionamentos sobre a ausência de uma didática fundamentada na perspectiva construtivista. As diretrizes estabelecidas pelos PCNs foram incorporadas às normas de alfabetização que deveriam nortear as práticas pedagógicas nas instituições de ensino.

Em decorrência dos esforços acadêmicos e das numerosas pesquisas realizadas, a compreensão do processo de alfabetização expandiu-se, reconhecendo a multiplicidade de caminhos pelos quais o

indivíduo pode apropriar-se da linguagem escrita, uma vez que não existe um método único para alfabetizar e letrar. Esse processo demanda atenção criteriosa e aplicação efetiva dos conhecimentos prévios que a criança possui. Atualmente, reconhece-se a importância fundamental de alfabetizar letrando, pois, como afirma Conceição:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nessa etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita (Conceição, 2011, p.73).

O cenário educacional contemporâneo caracteriza-se por uma instabilidade quanto aos modelos pedagógicos, com a persistência de abordagens tradicionais e tecnicistas no processo educativo, situação que se agrava quando consideramos que alguns professores ainda não alcançam resultados satisfatórios em sua prática docente. É importante reconhecer que não existe um método único que garanta pleno êxito no processo de aquisição da linguagem escrita e sua efetiva aplicação na vida social do indivíduo. Diversos educadores defendem que alguns dos modelos tradicionais já não correspondem adequadamente às demandas do contexto atual, enquanto o Construtivismo apresenta uma perspectiva promissora ao afirmar "que as estruturas do conhecimento e da aprendizagem são construídas pelo sujeito mediante sua ação sobre o meio físico e social" (Becker, 2011, p. 14).

No contexto atual, o sistema educacional enfrenta desafios significativos relacionados à eficácia do ensino, exigindo que o professor alfabetizador transcenda suas práticas habituais e desenvolva estratégias inovadoras para promover o desenvolvimento das competências interpretativas e leitoras dos alunos. Como destaca Soares (2022), o Ensino Fundamental constitui-se como período crucial para o desenvolvimento e a consolidação dessas habilidades de leitura.

2.3 DIFERENÇA ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A distinção entre alfabetização e letramento tem sido objeto de constante discussão e reflexão no campo educacional. Embora esses conceitos estejam intrinsecamente relacionados ao processo de aquisição da leitura e da escrita, cada um apresenta características e abordagens específicas (Iglesias, 2020).

A alfabetização refere-se ao aprendizado das habilidades básicas de ler e escrever, caracterizando-se pelo domínio do código alfabético e das relações grafofônicas. Tradicionalmente, era concebida como um processo focado na decodificação e no reconhecimento de letras, palavras e

textos. Nessa perspectiva, considerava-se alfabetizado o indivíduo que demonstrasse capacidade de ler e escrever, mesmo em nível elementar (Boaventura & Fonseca, 2021).

O letramento, por sua vez, transcende a mera aquisição das habilidades básicas. Abrange o desenvolvimento das capacidades de compreensão, interpretação e produção textual, além da apropriação das práticas sociais relacionadas à leitura e escrita. Envolve a utilização da linguagem escrita de forma significativa e contextualizada em diferentes situações comunicativas. Assim, um indivíduo letrado não apenas decodifica letras e palavras, mas também compreende, interpreta e produz textos de maneira crítica e reflexiva (Soares, 2022).

Enquanto a alfabetização concentra-se no desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e escrita, o letramento compreende um conjunto mais amplo de competências e práticas sociais relacionadas à linguagem escrita. Estes processos são interdependentes e complementares, sendo a alfabetização um fundamento essencial para o desenvolvimento do letramento. É fundamental compreender que o letramento ultrapassa a mera decodificação, visando à formação de sujeitos capazes de utilizar a leitura e a escrita de forma crítica, reflexiva e participativa na sociedade (Boaventura; Fonseca, 2021).

As especificidades de cada processo evidenciam-se quando observamos que a alfabetização focaliza a aprendizagem dos diferentes sistemas de escrita e a aquisição das habilidades de escrita pelo sujeito. O letramento, por outro lado, caracteriza-se como um processo em que o indivíduo desenvolve ativamente suas habilidades de leitura e escrita de forma mais elaborada e significativa (Soares, 2022).

Na sociedade contemporânea, ser apenas alfabetizado – isto é, saber ler e escrever – tem se mostrado insuficiente para atender às demandas sociais. No atual contexto da sociedade do conhecimento, o status de letrado requer a compreensão dos significados e dos usos das palavras em diversos contextos (Iglesias, 2020).

Essa distinção ressalta a importância não apenas da habilidade de decodificação, mas também da compreensão e da capacidade de aplicação da linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Ser letrado implica a capacidade de compreender, interpretar e comunicar-se efetivamente por meio da leitura e escrita, adequando-se às múltiplas demandas e necessidades da sociedade contemporânea (Soares, 2022).

A alfabetização, como etapa fundamental da escolarização em que o indivíduo se apropria da leitura e da escrita em uma sociedade letrada, tem recebido atenção crescente não apenas dos educadores, mas de diversos setores da sociedade. Considerando as exigências sociais contemporâneas, não basta ao indivíduo apenas saber ler e escrever; é necessário que ele empregue efetivamente as práticas de leitura e escrita nos diferentes contextos em que está inserido.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a alfabetização constitui um processo que conduz à aquisição inicial e sistemática da leitura e da escrita. Em outras palavras, considera-se alfabetizado o indivíduo que domina as habilidades básicas necessárias para o uso efetivo da leitura e da escrita (Soares, 2005). Para Costa Val (2006, p. 19),

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita.

Diante disso, compreende-se que a alfabetização não comporta uma metodologia única e padronizada, uma vez que os processos de aprendizagem podem variar significativamente entre os educandos. Um método que se mostra eficaz com determinado grupo de alunos pode não apresentar os mesmos resultados com outro, evidenciando a necessidade de reconhecer a singularidade de cada criança no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, reconhece-se a criança como sujeito ativo do processo educativo, portadora de conhecimentos prévios que devem ser valorizados e incorporados ao processo de ensino-aprendizagem. É fundamental proporcionar condições para o desenvolvimento de sua autonomia, permitindo que ela construa estratégias próprias de resolução de problemas, em vez de receber respostas prontas. Assim, o educando deve ter liberdade para estabelecer interações significativas com professores e colegas, compartilhar experiências, confrontar diferentes pontos de vista, exercer sua capacidade decisória e dialogar ativamente com os objetos de conhecimento. Nesse segmento, Ferreiro (1987, p. 9) afirma que:

Tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de ‘maturidade’ ou de ‘pontuação’ da criança. Os dois polos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizado sem que leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem.

Considera-se alfabetizado o indivíduo que desenvolveu as habilidades básicas necessárias para a apropriação da leitura e da escrita. No entanto, embora o conceito de alfabetização apresente aparente clareza, sua operacionalização no contexto brasileiro tem enfrentado desafios significativos, evidenciados pelo crescimento progressivo do analfabetismo.

No que concerne ao processo de alfabetização, destaca-se a necessidade de criar condições propícias para novas descobertas e para a superação dos conflitos cognitivos, considerando as hipóteses construídas nas diferentes etapas evolutivas do desenvolvimento da aprendizagem. Como observa

Barbosa (2013, p. 111), "cada vez mais, a escrita se colocou como obstáculo à participação efetiva do cidadão no mundo social, demonstrando, no cotidiano, a utilidade do saber ler".

A análise da literatura especializada indica que o conceito predominante de alfabetização a define como o processo inicial de aquisição da leitura e da escrita. Assim, considera-se alfabetizado o indivíduo que não apenas consegue ler e escrever, mas que também domina as habilidades básicas necessárias para o uso efetivo dessas competências.

Diante das considerações sobre alfabetização, torna-se fundamental aprofundar a compreensão do conceito de letramento. Mota (2007, p. 119) ressalta que o termo "letramento" foi incorporado ao vocabulário educacional brasileiro em período relativamente recente, surgindo da necessidade de diferenciá-lo conceitualmente das práticas tradicionais de alfabetização.

Ser alfabetizado não garante que seja letrado, assim como é possível encontrarmos sujeitos com certo grau de letramento, aqueles, por exemplo, capazes de utilizar a escrita em diversos contextos, sem que sejam alfabetizados. [...] O MOBREAL, por exemplo, campanha que visava alfabetizar milhares de brasileiros, falhou em tornar nossa população mais letrada. Muitos dos adultos que aprenderam os rudimentos da leitura e escrita através destas campanhas, um ano mais tarde já não sabe (Mota, 2007, p. 119).

Soares (2004) enfatiza que o letramento se materializa através da participação em diversos eventos de leitura e escrita, resultando no desenvolvimento de habilidades específicas para o uso da língua escrita em práticas sociais. Esse processo envolve não apenas o desenvolvimento de competências, mas também a construção de atitudes positivas em relação a essas práticas. A práxis do letramento, portanto, capacita o indivíduo letrado a se posicionar efetivamente em diferentes contextos sociais.

Na mesma perspectiva, Soares (2002, p. 36) destaca que a práxis do letramento engloba um conjunto de habilidades e competências características do indivíduo letrado, possibilitando sua efetiva inserção na sociedade letrada. O autor ressalta que o contato sistemático com a língua escrita promove transformações significativas nos aspectos cognitivos e sociais do sujeito. Sendo assim, Mota acrescenta que:

[...] a discussão sobre a função social da escola não se resume à discussão das mudanças sociais possíveis ou desejadas, mas diz respeito também às opções no exercício profissional dos educadores. Assim, não pretendemos reduzir a questão dos problemas de aprendizagem à reabilitação cognitiva, mas deixá-la de lado é ignorar um corpo de evidência que mostra a sua eficácia.

A mera capacidade de codificar e decodificar a língua escrita mostra-se insuficiente para atender às demandas sociais contemporâneas. É fundamental que o indivíduo seja letrado e desenvolva autonomia para utilizar a leitura e a escrita em diferentes contextos. Ressalta-se, portanto, que ser

alfabetizado não implica necessariamente ser letrado, assim como o letramento não pressupõe automaticamente a alfabetização.

Soares (2003, p. 47) argumenta que "o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao longo do tempo, alfabetizado e letrado". Tal perspectiva implica criar situações de aprendizagem em que o aluno se aproprie do código escrito por meio de materiais presentes no contexto social, tornando as práticas de leitura e escrita mais significativas.

As práticas de letramento apresentam características distintas quando comparamos os contextos social e escolar. Kleiman (2005, p. 33) observa que "as práticas de letramento fora da escola têm objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode, ou não, ser relevante para o estudante". Essa distinção evidencia que, enquanto na sociedade a leitura atende a demandas específicas e contextualizadas, as práticas escolares de letramento, quando dissociadas do contexto social, podem perder significado para o aluno.

Soares (2018) destaca que a aprendizagem inicial da língua escrita compreende tanto aspectos da alfabetização quanto do letramento: primeiro, a aquisição da leitura e escrita; segundo, sua aplicação no cotidiano. A autora adverte contra a tendência de estigmatizar métodos específicos baseando-se em experiências de insucesso, argumentando que cada método constitui parte essencial de um todo mais amplo. Propõe, assim, uma articulação integrada das diferentes facetas do processo, visando garantir o acesso da criança ao universo da leitura e da escrita.

Nesse contexto, a formação docente assume papel fundamental, considerando que o professor atua como mediador na construção do conhecimento. A formação do professor alfabetizador deve contemplar um conjunto abrangente de saberes relacionados à alfabetização e ao letramento, incluindo conhecimentos linguísticos, fonológicos, psicológicos e sociolinguísticos. Essa formação ampla é essencial para que o educador possa compreender e acompanhar adequadamente o processo de aquisição da língua escrita pela criança.

Os estudos de Mota (2007), Kleiman (2005) e Soares (2003, 2018) convergem ao evidenciar a importância de práticas escolares que busquem uma atividade educativa fundamentada na articulação entre alfabetização e letramento.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental proporcionou uma visão ampla sobre o tema. O objetivo geral do estudo foi alcançado mediante a

análise crítica das principais publicações acadêmicas e científicas disponíveis, permitindo uma compreensão abrangente desses processos educacionais. Observou-se que, no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e interpretação, os educandos tornam-se capazes de compreender os conteúdos apresentados, desenvolver competências para produção textual e organizar ideias.

Considerando a amplitude da temática que envolve alfabetização e letramento, optou-se por examinar os efeitos dessas duas vertentes teóricas nos anos iniciais do ensino fundamental, analisando sua relação com o desenvolvimento dos indivíduos em consonância com os processos educacionais.

O estudo evidenciou a importância fundamental da escrita, da linguagem e dos processos de ensino na formação do indivíduo, considerando que tais processos não apenas acompanham as transformações políticas, sociais e econômicas, mas também catalisam mudanças em diversos setores da sociedade.

Constatou-se que não existe uma metodologia única para alfabetizar, sendo necessário conhecer e analisar diferentes métodos, considerando suas especificidades e adequação ao contexto vigente. Para desenvolver a alfabetização na perspectiva do letramento, é fundamental criar situações autênticas do cotidiano do educando, substituindo práticas tradicionais por abordagens contextualmente significativas. Embora alfabetização e letramento apresentem especificidades distintas, sua integração fornece bases sólidas para a consolidação da aprendizagem inicial da língua escrita, permitindo que a criança avance no domínio da escrita. Assim, a função da alfabetização transcende a mera conversão de fonemas em grafemas, incorporando os usos sociais e culturais da escrita, como preconiza o letramento.

O processo de alfabetização deve fundamentar-se em práticas educativas significativas, tanto no ambiente escolar quanto nos demais contextos sociais. A aprendizagem constitui elemento essencial na formação escolar, contribuindo para a construção de um cidadão autônomo, crítico e reflexivo.

Para desenvolver a proficiência em leitura e escrita, é fundamental integrar a alfabetização às práticas cotidianas escolares, promovendo não apenas a compreensão da linguagem escrita, mas também seu uso significativo e o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas.

Os professores alfabetizadores exercem função primordial nesse processo, implementando estratégias de ensino eficazes, oferecendo orientação individualizada, estimulando o engajamento dos alunos e criando ambiente propício ao desenvolvimento das competências em alfabetização.

Conclui-se que um dos principais desafios do educador contemporâneo consiste em articular, em sua prática pedagógica, o uso da língua escrita com as práticas sociais, estimulando a compreensão da linguagem escrita como processo de amadurecimento no entendimento dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente. Essa articulação visa tornar o educando protagonista na descoberta

das múltiplas facetas de sua participação interativa na relação texto/contexto, aspecto fundamental para a efetivação do processo de alfabetizar letrando.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 2013.
- BECKER, Fernando. O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: da ação à operação. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BOAVENTURA, Natália; FONSECA, Neusa Esméria da Silva. Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. Scientia Generalis, v. 2, n. Supl. 1, p. 10, 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: SEF, 1997.
- BRASIL ESCOLA. Alfabetização na perspectiva do letramento. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/aalfabetizacao-naperspectiva-do-letramento>. Acesso em: 10 maio 2024.
- CONCEIÇÃO, Alexsandro. Um breve histórico da alfabetização e letramento no Brasil. 2011. Disponível em: [inserir URL, caso disponível]. Acesso em: [inserir data, caso disponível].
- CRISÓSTOMO, Leuzete Santos Barbosa. Métodos de ensino na alfabetização e no letramento: usar ou não usar? [s.l.: s.n., s.d.].
- FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1987.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana; LICHTENSTEIN, Diana Myriam. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IGLESIAS, Karen Soares. Tecnologias digitais nas práticas pedagógicas de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental: quais contribuições? Quais desafios? 2020. [Informar tipo de documento, se disponível, e instituição].
- INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- KLEIMAN, Ângela. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005. (Coleção Linguagem e Letramento em Foco).

KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 15–61.

MOTA, Márcia Elia da. Algumas considerações sobre o letramento e o desenvolvimento metalinguístico e suas implicações educacionais. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 3, p. 477–489, 2007.

MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: UFAL, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Paulo de. História da educação no Brasil: período jesuítico. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, Danaise Vieira et al. O processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições do alfalettrar. 2022. [Informar tipo de documento, se disponível, e instituição].

SOARES, Magda. Letramento: temas em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 81, dez. 2002.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. *Revista Pátio*, São Paulo: Artmed, 2004.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2005.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2019.

FERREIRA, Valéria et al. Alfabetização e letramento: utilização dos métodos no processo de alfabetização e letramento dos alunos nos anos iniciais. *Revista Facimp-Empowerment*, v. 1, n. 1, p. 90–101, 2020.

MENDONÇA, Márcia; SANTOS, C. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: [s.n.], 2005.

SILVA, Verônica Erculano da; SILVA, Fábio Bernardo da. Alfabetização e letramento nas séries iniciais. *Revista Saberes Docentes*, v. 3, n. 5, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. Padrões brasileiros de educação [escolar] e cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 3–22, jul./set. 1954.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VISVANATHAN, Christianne. Qual o melhor método de alfabetização? Instituto Inclusão Brasil, 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/qual-o-melhor-metodo-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 24 maio 2024.